

COORDENAÇÃO

CARLOS ALBERTO DE SALLES

MARCO ANTÔNIO GARCIA LOPES LORENCINI

PAULO EDUARDO ALVES DA SILVA

NEGOCIAÇÃO, MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM

CURSO DE MÉTODOS ADEQUADOS DE
SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

ADOLFO BRAGA NETO • CÉLIA REGINA ZAPPAROLLI • DANIELA MONTEIRO GABBAY •
DIEGO FALECK • FERNANDA TARTUCE • LUIS FERNANDO GUERRERO • SAMANTHA
PELAJO • TANIA ALMEIDA

3^a
edição

revista,
atualizada
e ampliada



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2020 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- Capa: Fabricio Vale
- Data de fechamento: 09.10.2019

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

N293

Negociação, mediação, conciliação e arbitragem: curso de métodos adequados de solução de controvérsias / coordenação Carlos Alberto de Salles, Marco Antônio Garcia Lopes Lorencini, Paulo Eduardo Alves da Silva. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-8764-0

1. Resolução de disputa (Direito) – Brasil. 2. Negociação – Brasil. 3. Mediação – Brasil. 4. Arbitragem e sentença – Brasil. I. Lorencini, Marco Antônio Garcia Lopes. II. Silva, Paulo Eduardo Alves da.

19-59279

CDU: 343.151(81)

SUMÁRIO

Introdução – <i>Carlos Alberto de Salles, Marco Antônio Garcia Lopes Lorencini, Paulo Eduardo Alves da Silva</i>	1
1 Resolução de disputas: métodos adequados para resultados possíveis e métodos possíveis para resultados adequados – <i>Paulo Eduardo Alves da Silva</i>	13
1. Sociedade, justiça e resolução de disputas	13
2. Justiça formal e informal – o que são e por que diversificar os métodos para solução das disputas?	16
3. A institucionalização dos MASCs no Brasil: da arbitragem privada à mediação judicial	20
3.1. Funções e desafios dos MASCs no Brasil – tipos de disputa e qualidade do acesso à justiça	25
3.2. MASCs e formação jurídica – dimensões da jurisdição e dos processos de solução de disputas.....	27
4. Formas e procedimentos dos MASCs: variações a partir do acordo ou da decisão	29
5. A disputa como ponto de partida e apontamentos conclusivos	35
Referências bibliográficas	37
Questões para orientar a leitura e o debate em sala de aula	38
Sugestões de material complementar.....	39
2 “Sistema Multiportas”: opções para tratamento de conflitos de forma adequada – <i>Marco Antônio Garcia Lopes Lorencini</i>	41
Introdução	41
1. Conflitos por toda parte	42
2. Métodos alternativos.....	43
3. <i>ADR movement</i> e os métodos alternativos.....	44
4. Modalidades de meios alternativos.....	45
4.1. Mediação	45
4.2. Arbitragem	47

4.3.	A avaliação do terceiro neutro (“Early Neutral Evaluation – ENE”)	49
4.4.	Outras modalidades na experiência norte-americana: o “minitrial” e o juiz de aluguel (“rent a judge”)	49
4.4.1.	Minitrial	49
4.4.2.	Juiz de aluguel (“rent a judge”)	50
4.5.	Med-Arb (“Mediation-Arbitration”)	51
5.	Os tipos de conflito	52
6.	Sistema Multiportas: os modelos possíveis	56
7.	O modelo multiportas a partir de um tribunal (<i>court annexed</i>)	58
8.	Aspectos fundamentais em um modelo multiportas a partir de um tribunal	59
8.1.	A seleção e o seu responsável	59
8.2.	O ambiente e o momento	60
9.	A escolha do método adequado	61
10.	Sistema Multiportas no Brasil. A Resolução 125 do Conselho Nacional de Justiça	62
11.	Conclusão	64
	Referências bibliográficas	64
	Questões para orientar a leitura e o debate em sala de aula	68
	Sugestões de material complementar	68
3	Um passo adiante para resolver problemas complexos: desenho de sistemas de disputas – Diego Faleck	71
1.	Desenho de sistemas de disputas (DSD): o que e para quê?	71
2.	Exemplos de DSD	73
3.	O “passo a passo” do DSD	76
3.1.	Mapeamento das partes	77
3.2.	Análise jurídica e avaliação de custos e riscos	78
3.3.	Diagnóstico: sistema existente x alternativas disponíveis	79
3.4.	Definição de objetivos e princípios institucionais	81
3.5.	Desenvolvimento do sistema	83
3.6.	Implementação e avaliação do sistema	85
4.	DSD: um passo adiante	86
	Referências bibliográficas	87
	Questões para orientar a leitura e o debate em sala de aula	88

4 Procurando entender as partes nos meios de resolução pacífica de conflitos, prevenção e gestão de crises – Célia Regina Zapparolli	91
1. Introdução.....	91
2. Partes e jurisdição	97
2.1. Legitimação extraordinária e representação por mandato	100
3. Partes na arbitragem	103
4. Partes na conciliação.....	105
5. Partes na negociação.....	107
5.1. Negociação simples, multipolos e coletiva.....	108
6. Partes na mediação	109
6.1. Amplitude do conceito de “partes” na mediação	109
6.2. Partes nas mediações pré-processuais, paraprocessuais e pós-processuais.....	111
6.3. Partes na mediação comunitária	112
6.4. Partes na mediação em contextos de violência e crime	112
7. Partes na mediação e a visão de sistema	113
8. Partes da facilitação assistida.....	114
9. Partes na prevenção e gestão de crises nos sistemas.....	117
10. Indo além das partes.....	119
Referências bibliográficas	121
Questões para orientar a leitura e o debate em sala de aula	122
Sugestões de material complementar.....	124
5 Negociação – Daniela Monteiro Gabbay.....	125
1. Introdução: todos somos negociadores.....	125
2. Tipos de negociação: entre a forma competitiva e a colaborativa, há uma terceira via	129
2.1. Diferentes abordagens de negociação.....	129
2.2. O modelo de negociação baseada em princípios	131
3. Necessidade de ir além do preço e da barganha na negociação.....	134
4. As fases da negociação: da preparação à avaliação dos resultados.....	135
5. O outro lado da moeda: quais são os riscos da negociação?	138
6. Conclusão.....	140
Referências bibliográficas	141
Questões para orientar leitura e debate em sala de aula.....	143
Exercício prático para negociação.....	143
Sugestões de material complementar.....	144

6	Mediação de conflitos: conceito e técnicas – Adolfo Braga Neto.....	147
1.	Introdução.....	147
2.	Alguns aspectos relevantes sobre a mediação de conflitos	150
3.	O processo interventivo do mediador e o processo interativo da mediação de conflitos.....	155
4.	Breve histórico da mediação no Brasil e sua introdução no ordenamento jurídico pátrio.....	155
5.	Natureza jurídica da mediação de conflitos.....	172
6.	O mediador	174
7.	Algumas observações sobre a capacitação teórico-prática mínima em mediação de conflitos	178
8.	Algumas áreas de utilização da mediação de conflitos	181
9.	Conclusão a partir de um breve histórico sobre a mediação de conflitos ...	182
	Referências bibliográficas	183
	Questões para orientar a leitura e o debate em sala de aula	185
	Sugestões de material complementar.....	185
7	A mediação de conflitos em casos concretos – Tania Almeida e Samantha Pelajo	187
1.	Introdução.....	187
2.	Os Almeida – um caso de empresa familiar	188
2.1.	Breve caracterização.....	188
2.2.	O momento de deflagração do conflito	189
2.3.	O processo de mediação: aportes teóricos e técnicos.....	189
3.	Os Campelo – um caso de sucessão hereditária	191
3.1.	Breve caracterização.....	191
3.2.	O momento de deflagração do conflito.....	192
3.3.	O processo de mediação – aportes teóricos e técnicos.....	192
4.	Os Castro – um ex-casal que chega ao Juizado Especial Criminal.....	194
4.1.	Breve caracterização e o momento de deflagração do conflito ...	194
4.2.	O processo de mediação – aportes teóricos e técnicos.....	195
5.	A mineradora e o condomínio – um caso de conflito ambiental	198
5.1.	Breve caracterização.....	198
5.2.	O momento de deflagração do conflito.....	198
5.3.	O processo de mediação/facilitação de diálogos com múltiplas partes – aportes teóricos e técnicos.....	199
6.	Conclusão.....	201
	Referências bibliográficas	201

Questões para orientar a leitura e o debate em sala de aula	202
Sugestões de material complementar.....	203
8 Conciliação em juízo: o que (não) é conciliar? – Fernanda Tartuce.....	209
1. Ambiguidades e questionamentos	209
2. Cultura de paz e ensino	211
3. A conciliação no Poder Judiciário: conciliar é legal?.....	215
4. O que é conciliar?.....	220
4.1. Participar vivamente da comunicação	221
4.2. Estimular a flexibilidade.....	222
4.3. Colaborar para a identificação de interesses.....	223
4.4. Contribuir para a elaboração de soluções criativas	225
5. “Pseudoautocomposição”: meio aparente de se livrar do litígio	226
6. O que não é conciliar	228
6.1. Perguntar se um acordo já foi obtido	228
6.2. Explorar as desvantagens da passagem judiciária.....	230
6.3. Intimidar e pressionar.....	231
6.4. Prejulgar e comprometer a parcialidade	232
6.5. “Forçar o acordo”.....	234
7. Conclusões	235
Referências bibliográficas	236
Questões para orientar a leitura e o debate em sala de aula	238
Exercício prático para conciliação	239
Sugestões de material complementar.....	239
9 Introdução à arbitragem – Carlos Alberto de Salles.....	241
1. O que é arbitragem hoje	241
2. Os valores centrais da arbitragem e sua adequação ao conflito	244
3. A preponderância da autonomia da vontade	247
4. Árbitro: confiança e especialidade	252
5. A neutralidade do árbitro e imparcialidade da decisão	253
6. A busca de eficiência e justiça procedimental	256
7. A tendência à confidencialidade	256
8. A definitividade da sentença arbitral	258
9. Conclusão: a arbitragem em contexto	259
Referências Bibliográficas.....	260

Questões para orientar a leitura e o debate em sala de aula	264
Sugestões de material complementar.....	264
10 Arbitragem e processo arbitral – Luis Fernando Guerrero.....	267
Parte I – Convenção de Arbitragem.....	267
1. Conceito e categorias	267
2. Arbitrabilidade	269
3. Efeitos da Convenção de Arbitragem.....	274
4. Transmissão, extensão e extinção da Convenção de Arbitragem	275
Parte II – Processo Arbitral.....	277
5. Principais características.....	277
6. Árbitro	278
7. Procedimento.....	280
8. Relação com o Judiciário.....	283
9. A relação do Processo Arbitral com outros métodos de solução de conflitos – notas sobre a Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2016, <i>dispute boards</i> o Sistema Multiportas de solução de conflitos.....	288
Parte III – Conclusão	289
Referências bibliográficas e sugestões de material complementar.....	291
Questões para orientar a leitura e o debate em sala de aula	293
Sugestão de exercício prático	294
11 Arbitragem e jurisdição estatal – Carlos Alberto de Salles.....	295
1. Introdução.....	295
2. A exclusão da jurisdição estatal.....	297
2.1. Autonomia da cláusula arbitral	298
2.2. Competência-competência	299
2.3. A convenção de arbitragem como causa de extinção do processo judicial	300
2.4. O isolamento do processo arbitral	302
3. Respaldo da jurisdição estatal.....	304
3.1. Medidas coercitivas, antecipatórias, cautelares ou instrutórias na jurisdição estatal.....	306
3.2. Cartas arbitrais.....	309
3.3. Tutela específica da cláusula arbitral.....	310
3.4. Inadmissibilidade de medidas antiarbitragem	312
4. Meios de impugnação à validade da sentença arbitral.....	312

5. Cumprimento da sentença arbitral	317
6. Conclusão.....	319
Referências bibliográficas	320
Questões para orientar a leitura e o debate em sala de aula	322
Sugestões de material complementar.....	322